



# DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

## Minas leva propostas a candidatos à AMB

IZABELA MACHADO



Maurício Soares rejeita ameaças a direitos e garantias da Magistratura

## Associação reafirma pacto com aposentados

Em noite de homenagem aos magistrados que se aposentaram em 2015, o presidente Maurício Soares reafirmou o compromisso da Amagis com a defesa do resgate do ATS (VTM) e da paridade e integralidade dos vencimentos, manifestando-se ainda contra quaisquer ameaças a direitos ou conquistas. A cerimônia foi realizada no dia 20 de outubro, no auditório da Associação. **PÁGINAS 8 e 9**

A Amagis entregou aos três candidatos a presidente da AMB, durante o VI Enaje, em Porto Seguro, no dia 3 de novembro, as propostas da Magistratura mineira aos destinos da Magistratura brasileira para o próximo triênio.

**PÁGINAS 6 e 7**

Associações defendem magistrados

**PÁGINAS 3 e 4**

CNJ vê alta produção dos juízes

**PÁGINAS 12 e 13**

**+SAÚDE!**

**EXCELÊNCIA EM SAÚDE COMPROVADA**

A Agência Nacional de Saúde (ANS) confirmou, pela 9ª vez consecutiva, a excelência da Amagis Saúde como plano de autogestão médico-hospitalar, classificando-o como um dos 10 melhores do País. O reconhecimento também veio da Unidas, que, pelo mesmo número de vezes, premiou o plano da magistratura mineira por sua qualidade. **PÁGINA 24**

# Integração e união de 61 anos nos guiam na defesa da classe

MAURÍCIO SOARES\*

Como o mesmo vigor e convicção de 61 anos atrás, quando a Amagis foi fundada, reafirmamos sua vocação original em defesa dos direitos e conquistas da Magistratura. Embora vitoriosa, a trajetória dos magistrados tem sido marcada por desafios como os de agora, diante de intensa campanha de ataques e de desconstrução do Judiciário, contra a qual realizamos atos em Belo Horizonte, no interior e em Brasília, além de divulgar manifestações de repúdio e contestação.

Ser magistrado é viver em meio a condições adversas, tanto com relação à intensa ação judicante quanto ao reconhecimento da importância social da classe e de seus direitos. Os novos tempos nos fazem agir de forma diferente, mas sempre guiados pela união

## “É nosso compromisso buscar avanços e manter a mobilização para barrar retrocessos constitucionais”

e integração da Amagis, que, há 61 anos, completados em 21 de outubro passado, fizeram de nossa Associação a segunda maior da América Latina e braço político da Magistratura estadual.

De tempos em tempos, surgem tentativas de desmoralização do Judiciário e de transformar a classe em bode expiatório de crises, como essa que tomou conta do País, além de buscar enfraquecer as instituições responsáveis pelo histórico combate à corrupção.

Deixamos claro, nos Atos Públicos do dia 8 de agosto e do dia 4 de outubro e em todas as notas divulgadas, que rejeitaremos quaisquer manobras de vinculação de nossos direitos a problemas fiscais do País e de desmoralização do magistrado. Tentaram em vão desqualificar a produtividade dos juizes brasileiros perante a de outros países. Novamente, o Relatório Justiça em Números (2016), do CNJ, confirma

que o magistrado brasileiro é o que mais julga no mundo. Estamos atentos e vigilantes e buscando, sempre, fortalecer o associativismo.

Apesar do nosso esforço e dos próprios candidatos, as dificuldades de agenda impediram a realização de debate entre eles, na Amagis, para discutir propostas e os rumos da Magistratura brasileira na futura gestão da AMB. Mesmo assim, apresentamos a todos os três postulantes, no dia 3 deste mês, durante o VI Enaje, em Porto Seguro, relatório com nossas contribuições ao fortalecimento da gestão do próximo triênio. As propostas são resultado de nossa gestão itinerante pela qual auscultamos os anseios e as reivindicações de juizes e juizas mineiros nas Comarcas onde atuam, refletindo a realidade vivida no desafio

diário de distribuir Justiça e contribuir para a pacificação social.

Também no dia 20 de outubro passado, tivemos a imensa satisfação em homenagear os 23 magistrados que se aposentaram em 2015 e a dedicada trajetória de cada um deles, construída em favor da justiça, da cidadania e da paz social. Pelo sexto ano consecutivo, o ato simbolizou o respeito e a gratidão a todos eles. Além da celebração, reafirmamos a defesa do resgate do ATS e da paridade e da integralidade dos vencimentos, entre outras.

É nosso compromisso ainda manter a mobilização para barrar retrocessos constitucionais e institucionais e os ataques às prerrogativas da classe, além de garantir direitos e buscar avanços para os quais contamos com a participação e força da Magistratura mineira e nacional. ■

(\* ) Presidente da Amagis

## ÍNDICE DECISÃO!

Amagis realiza ato de desagravo a juiz

PÁG 03

Associações reagem a declaração de ministro

PÁG 04

Amagis leva propostas aos candidatos à AMB

PÁG 06

Reafirmado pacto com aposentados

PÁG 08

TJ reforça papel dos juizes como gestores

PÁG 10

Amagis promove feira de Natal em sua sede

PÁG 11

Juizes têm alta produtividade, diz CNJ

PÁG 12

Juizes confirmam *expertise* eleitoral

PÁG 13

Amagis reafirma missão original aos 61 anos

PÁG 15

Entrevista: Juiz aposentado Jurandir Sebastião

PÁG 16

Centro de Apoio oferece comodidade

PÁG 17

## SAÚDE!

Novembro contra o preconceito

PÁG 23

Amagis Saúde está entre as 10 melhores do País

PÁG 24

## JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

#### Vice-presidente Administrativa:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

#### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

#### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

#### Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

#### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

#### Diretor-Secretário:

Juiz Christyano Lucas Generoso

#### Diretora-Subsecretária:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Amagis realiza ato de desagravo a juiz

Em outubro, Maurício Soares esteve em três Comarcas do interior

TIAGO PARRELA



Juizes de Rio Casca, Alvinópolis, Mirai e representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB-MG participaram, no dia 14 de outubro, na Comarca de Abre Campo (Zona da Mata) de ato de desagravo em favor do juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, promovido pela Amagis.

O magistrado foi vítima de manifestações hostis e impróprias feitas em rede social por um advogado. No ato, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, repudiou as agressões e afirmou que a Associação tomará as medidas que o juiz considerar necessárias.

Maurício Soares afirmou que atitudes como essa depõem contra o próprio advogado, pois ignoram uma convivência civilizada e os princípios do Estado Democrático de Direito. "Criticar e atacar a honra de um magistrado por razões exclusivamente pessoais é agredir as instituições que ambos, agressor e vítima, representam e incentivar a desordem pública e o desrespeito", advertiu.

A juíza Beatriz Auxiliadora Machado, da Comarca de Unaí, enviou nota em defesa do magistrado, lida pela juíza Ludmila Lins Grilo, da Comarca de Mirai, na qual afirma que, em vez de divisões, o País precisa de todos.

Representando a OAB-MG, a advogada Santuza Oliveira destacou que magistrados e advogados

são de extrema importância para a sociedade. A promotora de Justiça Gislane Schuman disse ser uma honra trabalhar com Maurício Simões. Para ela, o juiz é imparcial e as acusações contra ele não foram justas.

Para o defensor público Gustavo Teles, as divergências devem ser colocadas na esfera jurídica. Em nome dos servidores, Simone Salgado afirmou que as acusações são descabidas e desnecessárias.

## UBERABA

No dia 18 de outubro, a Amagis deu mais um importante passo na valorização dos juizes do interior, com a inauguração da sala da 5ª seccional da Associação no Fórum da Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro).

Na ocasião, o desembargador Sérgio Resende, ex-presidente do TJMG, foi homenageado com a instalação de uma foto e de seu nome no local. "É uma honra muito grande receber esta homenagem da Amagis, uma entida-

## Maurício Soares com os juizes Maurício Simões e Bruno Miranda

de fantástica que cresceu muito e une toda a magistratura", disse.

O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, destacou o empenho do homenageado na instalação de novas varas, construção de novos prédios, como o de Uberaba, e criação de comarcas e cargos de juizes. "A interiorização foi seu maior

legado, investindo também nas condições de trabalho de magistrados e servidores", afirmou.

Ainda em outubro, o presidente Maurício Soares foi a Itabirito (Região Central), onde participou da comemoração dos 10 anos de implantação do programa 'Conhecendo o Judiciário' na comarca. ■

TIAGO PARRELA



Inauguração da sala da Amagis em Uberaba

TIAGO PARRELA



Maurício Soares e magistrados em Itabirito

# Associações reagem a declaração de ministro

Amagis divulgou nota de repúdio e Frentas fez representação na PGR

A declaração do ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE, de que juízes e promotores estariam usando a Lei da Ficha Limpa para ameaçar políticos que respondem por processos de improbidade, gerou uma reação imediata das Associações de classe.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, divulgou, no dia 19 de outubro, nota pública repudiando as declarações do ministro. "Sem quaisquer provas, e sem apontar eventuais responsáveis, o ministro denuncia, genericamente, juízes e integrantes do Ministério Público de usarem a Lei da Ficha Limpa em desfavor dos políticos", contestou Maurício Soares, que classificou ainda a declaração como "infundada e imprópria".

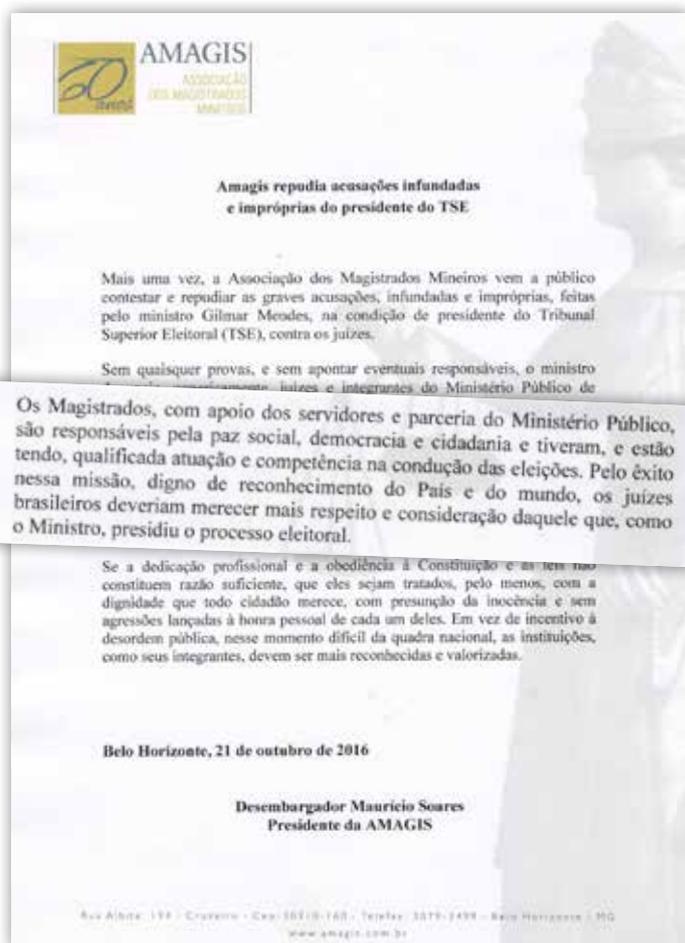
O presidente da Associação destacou ainda que os magistrados, servidores e Ministério Público tiveram uma atuação

qualificada nas eleições, garantido a paz social, democracia e cidadania. "Os juízes brasileiros deveriam merecer mais respeito e consideração daquele que, como o ministro, presidiu o processo eleitoral", afirmou.

## FRENTAS

No dia 20 de outubro, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) protocolou petição encaminhada ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitando a instauração de procedimento para apurar possível ocorrência de crime por parte do presidente do TSE.

Para a Frentas, o ministro excedeu-se na linguagem e adotou conduta vedada à magistratura ao acusar juízes, procuradores e promotores de Justiça. No entendimento das Associações que integram a Frente, entre elas a Amagis, denúncias contra magistrado ou membro do Minis-



tério Público devem ser feitas de forma generalizada.

"Tais acusações, graves e sem demonstração concreta de qualquer caso de 'chantagem', o que serviria apenas

para desqualificar o Ministério Público e a magistratura, precisam ser examinadas sob a ótica da Lei Penal e da Lei Orgânica da Magistratura Nacional", concluiu a Frentas em trecho do documento. ■

## STF e entidades exigem respeito

Maurício Soares também contestou declarações do senador

Em reação a mais um ataque ao Judiciário e ao trabalho dos magistrados, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, afirmou, no dia 25 de outubro, que "todas as vezes que um juiz é agredido, eu e cada um de nós é agredido".

Mesmo sem citar nomes, a fala da ministra é uma clara resposta às declarações do presidente do Senado, Renan Calheiros, que chamou o juiz federal Vallisney Souza Oliveira de "juizeco". "Não há a menor necessidade de, numa

convivência democrática, livre e harmônica, haver qualquer tipo de questionamento que não seja nos estreitos limites da constitucionalidade e da legalidade", completou a ministra.

As Associações de classe, como a Ajufe,

também contestaram a declaração do senador. Em nota, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares repudiou as agressões e o desrespeito ao juiz federal que, para ele, ignoram os limites da constitucionalidade e legalidade. ■



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.



Leilões On line e Simultâneos

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



**GRUPO CRÉDITO**

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros  
Economistas - Liquidantes Judiciais  
Corretores Imobiliários - Contabilistas  
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

# Amagis leva propostas aos candidatos à AMB

Minas apresenta contribuições ao próximo triênio

Resultado da gestão itinerante, a Amagis apresentou aos três candidatos a presidente da AMB as contribuições da Magistratura mineira ao próximo triênio (2017/2019). As propostas

foram anotadas durante diversos encontros com juízes e juízas das comarcas mineiras. Confira abaixo as propostas entregues durante o VI Enaje, em Porto Seguro, no dia 3 de novembro.

Participe da eleição da AMB e envie o voto (por carta) até 11 de novembro; ou pela internet, de 5 a 9 de novembro, ou ainda, presencialmente, dias 10 e 11. ■

## PROPOSTAS DA MAGISTRATURA MINEIRA À FUTURA GESTÃO DA AMB- 2017/2018

### DIREITOS DOS MAGISTRADOS

- Defesa permanente e constante das conquistas, das prerrogativas e da independência e valorização dos magistrados;
- Criar campanhas permanentes de Valorização do Magistrado junto à sociedade, destacando sua importância para o Estado de Direito e a pacificação social e identificando iniciativas inovadoras;
- Tratamento isonômico entre juízes de 1º e 2º graus, aposentados e pensionistas;
- Defender aprovação da recomposição automática e anual dos subsídios, com base na inflação do período;
- Manutenção da automaticidade da recomposição dos subsídios nos Estados, de modo a não depender de autorização legislativa estadual;
- Defesa intransigente da aprovação do ATS, ou outra forma de valorização da permanência na carreira;
- Gestões permanentes pelo pagamento, de forma isonômica, dos créditos devidos e já reconhecidos administrativamente a todos os magistrados (ativos do 1º e 2º graus, aposentados e pensionistas);
- Melhorias nas condições de trabalho, especialmente no interior,

com estrutura de trabalho compatível com a demanda processual: equipamentos e assessoria;

- Fortalecer as parcerias e integração com as demais Associações de magistrados estaduais em defesa dos projetos da magistratura nacional;
- Ampliar a interlocução com o Congresso Nacional, com a participação das Associações de Magistrados Estaduais, para monitorar e aprovar os projetos de interesse da magistratura em tramitação;
- Intensificar a interlocução com os Três Poderes do Estado de maneira afirmativa, independente e firme na defesa inarredável dos interesses da magistratura e na autonomia do Judiciário;
- Acompanhar e defender maior participação das Associações Estaduais na elaboração e tramitação do projeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN);
- Defender a ampliação da presença da Justiça Estadual no CNJ, compatível com sua responsabilidade e demanda judiciais;
- Rejeitar propostas de mudanças na Justiça Eleitoral em desfavor da Justiça Estadual;
- Apoiar a proposta de permuta de juízes entre Tribunais estaduais, de acordo com resolução do CNJ;

### APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA E FORMAÇÃO CONTINUADA

- Promover parcerias, encontros e seminários jurídicos no interior e capital, com a presença de magistrados e outros especialistas com o objetivo de debater o aperfeiçoamento do sistema de Justiça e de temas desafiantes da nova realidade, como tecnologia, redes sociais, mineração, biogenética, entre outros;
- Estabelecer parcerias e convênios com grandes editoras na obtenção de vantagens e descontos na aquisição de livros e material de atualização jurídica;
- Criar, por meio da Escola Nacional da Magistratura, centro de estudos jurídicos, realizando cursos, convênios para pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado;

### DEMOCRATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

- Reafirmar a defesa da democratização do Poder Judiciário, com participação dos juízes na eleição dos cargos diretivos do Tribunal e na formulação do orçamento do TJMG, compatível com as demandas do 1º grau e de suas comarcas;
- Intensificar a Secretaria da Mulher Magistrada para incentivar a participação de juízas e desembargadoras nas demandas da Associação e da sociedade;

## ⦿ APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- ⦿ Defesa intransigente do resgate da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas, com empenho total na aprovação da PEC do ATS no Congresso Nacional, ou outro mecanismo que valorize a permanência na carreira;
- ⦿ Defender aprovação legislativa do fim da contribuição previdenciária a aposentados e pensionistas;
- ⦿ Criar programas que incentivem maior participação de magistrados aposentados nas ações da AMB;
- ⦿ Apoiar o Departamento de Pensionistas da AMB em suas reivindicações e na promoção de eventos;
- ⦿ Instituir programa de apoio e preparação a magistrados em vias de se aposentar.

## ⦿ SAÚDE

- ⦿ Incrementar parcerias e programas de saúde preventiva aos magistrados;

- ⦿ Preparar equipe para prestar apoio e assistência aos magistrados e familiares em situações emergenciais;

## ⦿ ATUAÇÃO SOCIOCULTURAL-ESPORTIVA

- ⦿ Incentivar a participação de equipes das Associações filiadas em torneios esportivos das mais diversas modalidades, organizados pela AMB e outras entidades de classe, a exemplo do que já acontece com o futebol;
- ⦿ Revitalizar a Diretoria de Direitos Humanos em sintonia com as demandas da sociedade;

## ⦿ TRANSPARÊNCIA DE GESTÃO

- ⦿ Dar maior transparência da administração, com a divulgação mensal, para os associados, de balancetes analíticos (detalhados) sobre as contas da AMB e da ENM;

## ⦿ AÇÃO SOCIAL

- ⦿ Incrementar parceria com Associações afiliadas em seus projetos sociais e de interlocução com a sociedade;

## ⦿ DEFESA E SEGURANÇA DO MAGISTRADO

- ⦿ Fortalecer o Departamento Jurídico da AMB, ampliando a eficiência na defesa dos magistrados;
- ⦿ Defender melhores condições de segurança dos magistrados, por meio do fortalecimento da Comissão de Segurança dos Juizes em parceria com as forças de Segurança Pública;
- ⦿ Reivindicar segurança própria em todos os fóruns do País, estabelecendo ainda plano nacional de segurança;
- ⦿ Defesa da criação de fundo para viabilizar medidas básicas de segurança, como a instalação de porta-detectora de metais, câmeras de TV e vigilância armada em todas as unidades judiciárias. ■



**JUSPREV** PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA BRASILEIRA

## O FUTURO É UMA DECISÃO DO PRESENTE. POR QUE FAZER PARTE DA JUSPREV?

Criada em 2007, por uma forte rede de instituidoras, a JUSPREV é a Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Foi pensada especialmente para atender às necessidades dos membros de carreiras públicas, inclusive os já aposentados, e de seus familiares, desde os recém-nascidos.

### Somos muitos

2600  
participantes ativos  
de 56 associações (e crescendo...)

13  
participantes  
já assistidos

mais de R\$  
130 Mi  
em ativos administrados em  
apenas 8 anos de funcionamento.

13,54%  
foi a rentabilidade  
da JUSPREV em 2015

- \* ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS
- \* TAXAS REDUZIDAS
- \* PORTABILIDADE DE PGBL
- \* MENOS IMPOSTO DE RENDA

### Agende uma consulta personalizada

Carolina Dutra

carolinaconsultoria@jusprev.org.br

(31) 99362-0762

www.jusprev.org.br

# Reafirmado pacto com aposentados

Maurício Soares defendeu o resgate da paridade e integralidade

IZABELA MACHADO



Agraciados no auditório da Amagis

“Não aceitaremos que nossos direitos sejam confrontados com problemas de má-gestão”. Reafirmou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, em seu discurso na homenagem da Associação aos 23 magistrados que se aposentaram em 2015, realizada no auditório do prédio-sede, no dia 20 de outubro.

O posicionamento do presidente da Amagis foi resposta a recentes tentativas de desmoralização do Judiciário, como a de desqualificação da produtividade do magistrado brasileiro. Maurício Soares destacou que, de acordo com a pesquisa Justiça em Números, divulgada no dia 17 de outubro, o magistrado brasileiro é o que julga mais no mundo.

Dados da pesquisa demonstram que, no ano passado, foram cerca de 2 mil processos por magistrado no Brasil. Os juízes italianos julgam, em média, 1.000 por ano; os espanhóis, 700, e os portugueses, 400 (*leia mais sobre a pesquisa nas páginas 12 e 13*).

Maurício Soares destacou que, nos atos públicos do dia 8 de agosto e dos dias 4 e 5 de outubro, as Associações de Magistrados de todo o País deixaram claro que irão rejeitar quaisquer manobras de vinculação dos direitos da magistratura a problemas fiscais do governo. “Estaremos atentos e denunciaremos quaisquer campanhas de desconstrução do Sistema de Justiça e manteremos a mobilização contra o iminente retrocesso institucional”, avisou.

O presidente da Amagis alertou também sobre a importância do debate da reforma da previdência e reafirmou a defesa do resgate da paridade e integralidade entre ativos e aposentados, e o tratamento isonômico sobre créditos devidos e já reconhecidos a todos. “Continuaremos unidos e vigilantes, com o respaldo imprescindível de cada um dos magistrados, ativos e aposentados, na

defesa de nossos interesses e direitos”, afirmou.

Em contraposição à tentativa de retirada de direitos, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, esclareceu que a Coordenadoria de Aposentados da AMB, da qual ele é integrante, mantém toda semana, pelo menos, três aposentados atuando junto aos congressistas, tentando sensibilizá-los sobre as demandas da magistratura brasileira. De acordo com ele, um dos objetivos é garantir que os projetos de interesse da classe sejam votados num quadro mais favorável, sem perdas de direitos.

De acordo com o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, a magistratura já passou por outros períodos difíceis – como no confisco da poupança no plano Collor e fechamento da MinasCaixa – e nunca se curvou e sempre teve a união que Amagis representa nesse momento. “Tenho certeza, como de outras vezes, unindo-se com outras associações, a AMB, a

própria liderança da Amagis nos levará a novas vitórias”, previu.

## RECONHECIMENTO

A emoção também tomou conta da noite com o discurso do desembargador José Antonino Baía Borges, que falou em nome dos homenageados, e para quem o momento levou cada um a lembrar-se da caminhada, desde o início, com a paz reconfortante do trabalho bem feito.

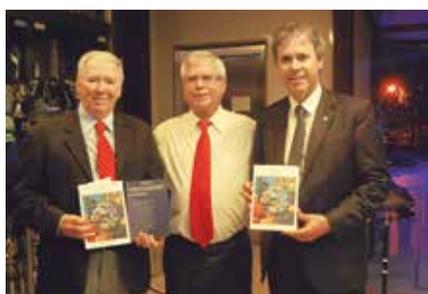
“Tenho entendido que, ao fazer homenagens como esta, a Associação faz também um registro de sua própria história, cuja razão de ser é justamente os associados, os de ontem e os de hoje, os que já se foram”, disse Baía Borges.

Presente na cerimônia, o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, destacou que os magistrados aposentados ensinaram a todos o exercício da magistratura. O presidente da Amagis, Maurício Soares, também reverenciou os homenageados que, para ele, dignificaram a magistratura e ajudaram a construir o aperfeiçoamento da classe. ■



“Estaremos atentos e denunciaremos quaisquer campanhas de desconstrução do Sistema de Justiça e manteremos a mobilização contra o iminente retrocesso institucional”

## Aposentados homenageados e diretores da Amagis na solenidade



# TJ reforça papel dos juízes como gestores

Encontro realizado em Tiradentes abordou planejamento e gerenciamento

IZABELA MACHADO



Presidente da Amagis com presidente e dirigentes do TJMG

A 20ª edição do Encontro da Corregedoria (Encor), realizada em Tiradentes (Campo das Vertentes), nos dias 6 e 7 de outubro, reforçou a ênfase dada pelo TJMG sobre a importância da atuação dos magistrados enquanto gestores públicos, como deixa claro o tema do evento: "Planejamento estratégico, gestão e gerenciamento das unidades judiciárias".

Na abertura do encontro, o corre-

gedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador André Leite Praça, afirmou que a função do órgão é possibilitar aos juízes e juízas desempenharem a gestão das unidades jurisdicionais, tendo como objetivo a excelência no trabalho. A Corregedoria está desenvolvendo o Sistema de Gerenciamento de Unidades Judiciárias, para auxiliar os magistrados na tomada de decisões estratégicas, conforme publicado na edição de outubro do jornal DECI-SÃO.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, destacou que, hoje, o juiz também precisa

atuar como gestor e assumir verdadeiramente seu papel de liderança. O presidente do Tribunal observou, no entanto, que o cumprimento dessa missão só é possível com a formação continuada, promovida por meio de eventos como o Encor.

Para o desembargador Wagner Wilson Ferreira, segundo vice-presidente e superintendente da Escola Judicial do TJMG, o momento agora é de refletir sobre os resultados gerados pelo trabalho. De acordo com ele, a integração entre a Escola e Corregedoria com juízes do interior, por meio do Encor, busca estimular nos participantes a adoção

de procedimentos desburocratizados, ágeis, eficientes e seguros.

O presidente Maurício Soares participou do evento, que tem o apoio da Amagis, e ressaltou que o contato com os magistrados que atuam nas comarcas do interior tem sido uma oportunidade tanto de conhecer de perto as demandas dos juízes de 1º grau, como discutir as ações da Associação em defesa da magistratura. ■

Instituto Mineiro  
de Perícias



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro  
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil  
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

[www.periciasmg.com.br](http://www.periciasmg.com.br)

Convênio  
AMAGIS

# Amagis promove feira de Natal em sua sede

Parte da renda obtida será revertida para o Nutris

Entre os dias 30 deste mês e 1º e 2 de dezembro, será realizada, no Salão de Festas da Amagis, a feira beneficente em prol do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris). Essa é uma oportunidade não só de adiantar as compras de Natal, mas principalmente de colaborar com o programa social que atende a crianças e adolescentes do bairro Mariano de Abreu, na região Leste de Belo Horizonte.

Durante a feira, serão expostos artesanatos, objetos de

GEORGIA BACVAROFF



Leitura é estimulada na biblioteca do Nutris

arte e decoração, bolas, roupas de cama, mesa e banho, entre outros artigos que podem ser uma boa lembrança de final de ano para amigos e parentes. Parte da renda obtida será revertida para o Nutris.

Criado há 30 anos, o Nutris ampliou suas atividades e, em 2005, deu início às atividades do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que surgiu com o propósito de impedir que, ao completar 6 anos, as crianças atendidas pela cre-

che ficassem abandonadas à própria sorte.

Atualmente, aproximadamente 200 crianças e adolescentes frequentam os núcleos. No Nutris, são realizadas atividades psicopedagógica, psicomotora, cognitiva e afetiva, visando a educação integral em conjunto com as famílias. Já o NAC realiza oficinas de dança, teatro, esportes, pintura, artes plásticas e capoeira.

A renda obtida com o apoio de magistrados e eventos, como a feira beneficente, é fundamental para custear despesas com pessoal, alimentação e manutenção do espaço. ■



Ligue para:  
(31)  
**3079-3471**  
e contribua  
com o Nutris

# Rock em noite solidária

Banda formada por magistrados animou o evento

No dia 22 de outubro, a "On The Roof Band", formada por magistrados, realizou show beneficente, no Salão de Festas da Amagis, em prol da Fundação de Pesquisa e Ensino em Cirurgia (Fupec), que promove o ensino em cirurgia e atende a pacientes carentes.

O valor arrecadado com a venda de ingressos foi destinado à Fupec, instituída há mais de 20 anos, em Belo Horizonte. A fundação também incentiva o aprimoramento profissional do médico cirurgião,

ARQUIVO PESSOAL



Membros da "On The Roof Band"

por meio de reuniões científicas e da troca de informações obtidas na experiência clínica e na experimentação na área de Cirurgia Geral.

A Amagis é parceira na campanha em defesa da Fupec. O presidente Maurício Soares participou do evento e

colocou a estrutura da Associação à disposição do projeto social.

## A BANDA

O desembargador Saulo Versiani Penna, um dos integrantes da banda, contou que

a proposta de formar o grupo surgiu há 5 anos, durante um encontro entre colegas na colônia de férias da Amagis em Caxambu, no Sul de Minas.

O magistrado revelou que o nome do conjunto é fruto de uma brincadeira relacionado à cobertura onde ensaia, e ainda faz uma alusão ao show dos Beatles no telhado da Aple Studios, em Londres, há 47 anos.

O repertório da banda inclui rocks clássicos de bandas internacionais como Creedence Clearwater Revival, Eagles, Pink Floyd e de artistas nacionais como Tim Maia e Lulu Santos. ■

# JUÍZES TÊM ALTA PRODUTIVIDADE, DIZ CNJ

Em média, cada magistrado brasileiro julgou 7,3 processos por dia

**A**pesquisa Justiça em Números 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgada em Brasília, no dia 17 de outubro, revelou que, **em 2015, cada juiz ficou responsável por 6.577 processos, dos quais 1.760 foram baixados, correspondendo a 7,3 soluções por dia. Essa carga de trabalho foi considerada alta pelo próprio Conselho.**

O levantamento demonstrou ainda que, no final do ano passado, cerca de 74 milhões de processos tramitavam no país. Em comparação aos números de 2014, o aumento foi de 1,9 milhão. A Justiça Estadual é responsável por 79,87% do acervo do Poder Judiciário.

## ESFORÇO CONJUNTO

Em Minas Gerais, juízes e desembargadores têm colocado em prática ações para reduzir o acervo processual das comarcas e câmaras e aumentar a produtividade. Um dos exemplos é o esforço conjunto empenhado pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que reduziu seu acervo em mais de 3,3 mil processos durante 2016. No início do ano, eram 9.284 feitos em tramitação. Em setembro, esse número caiu para 5.904.

Ao ser empossado presidente da 16ª Câmara Cível, em março de 2015, o desembargador Otávio de Abreu Portes deu início ao projeto de redução do acervo processual no cartório e nos gabinetes.

Segundo o magistrado, o resultado só foi possível devido ao comprometimento e à conscientização de todos os componentes da Câmara, como desembargadores, assessores e secretaria, que trabalharam para alcançar as metas estabelecidas pelo TJMG e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre janeiro e setembro de 2016, a Câmara realizou 11.272 julgamentos monocráticos e colegiados, uma média mensal de 1.252 julgamentos. Segundo o presidente da Câmara, o desempenho se deve à organização do trabalho e à separação dos processos repetitivos, responsáveis por boa parte do acervo.

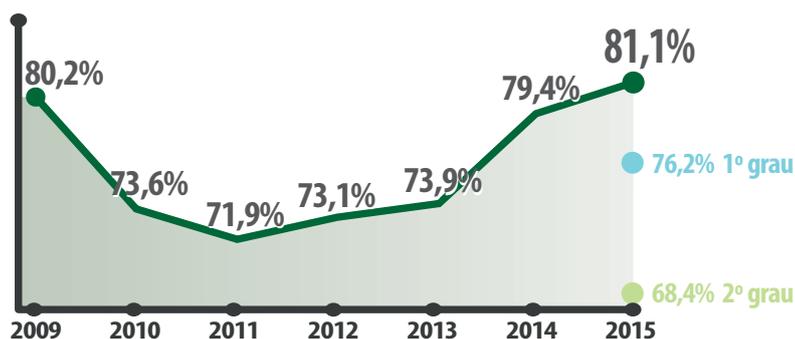
Otávio de Abreu Portes também ressaltou a produtividade do cartório, que manteve a baixa dos processos em tempo hábil e reduziu em torno de 10 mil feitos no mesmo período.

“A Câmara se debruçou sobre os processos, e a atuação de todos tem alcançado ótimos resultados. Os processos são

### Os 10 assuntos mais recorrentes do TJMG

1	Obrigações/Espécies de Contratos	243.501 (7,24%)
2	Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral	131.978 (3,92%)
3	Obrigações/Espécies de Títulos de Crédito	115.715 (3,44%)
4	Atos Processuais	109.739 (3,26%)
5	Família/Alimentos	97.279 (2,89%)
6	Objetos de cartas precatórias/de ordem/Citação	96.123 (2,86%)
7	Crimes contra a liberdade pessoal/Ameaça	87.932 (2,61%)
8	Crimes Previstos na Legislação Extravagante/Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	85.490 (2,54%)
9	Responsabilidade Civil/Indenização por Dano Moral	82.551 (2,45%)
10	Obrigações/Inadimplemento	81.891 (2,43%)

### Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus)



movimentados, em média, dois dias após sua conclusão ao relator. Não existe mais processo em acervo, e isso é uma situação rara”, afirmou o desembargador.

De acordo com a pesquisa Justiça em Números 2016, do CNJ, a quantidade de recursos interpostos pelas partes nas decisões proferidas pelos juízes - 5,2 milhões para 34,7 milhões de sentenças proferidas no primeiro e segun-

do grau de jurisdição -, foi apontada como uma das causas para sobrecarregar a prestação jurisdicional. A taxa de congestionamento bruta foi de 72,2%. Para cada 100 processos que tramitaram em 2015, 30 foram baixados.

### JUSTIÇA MILITAR

Apesar de a tramitação eletrônica de processos ser recente na Justiça Mi-

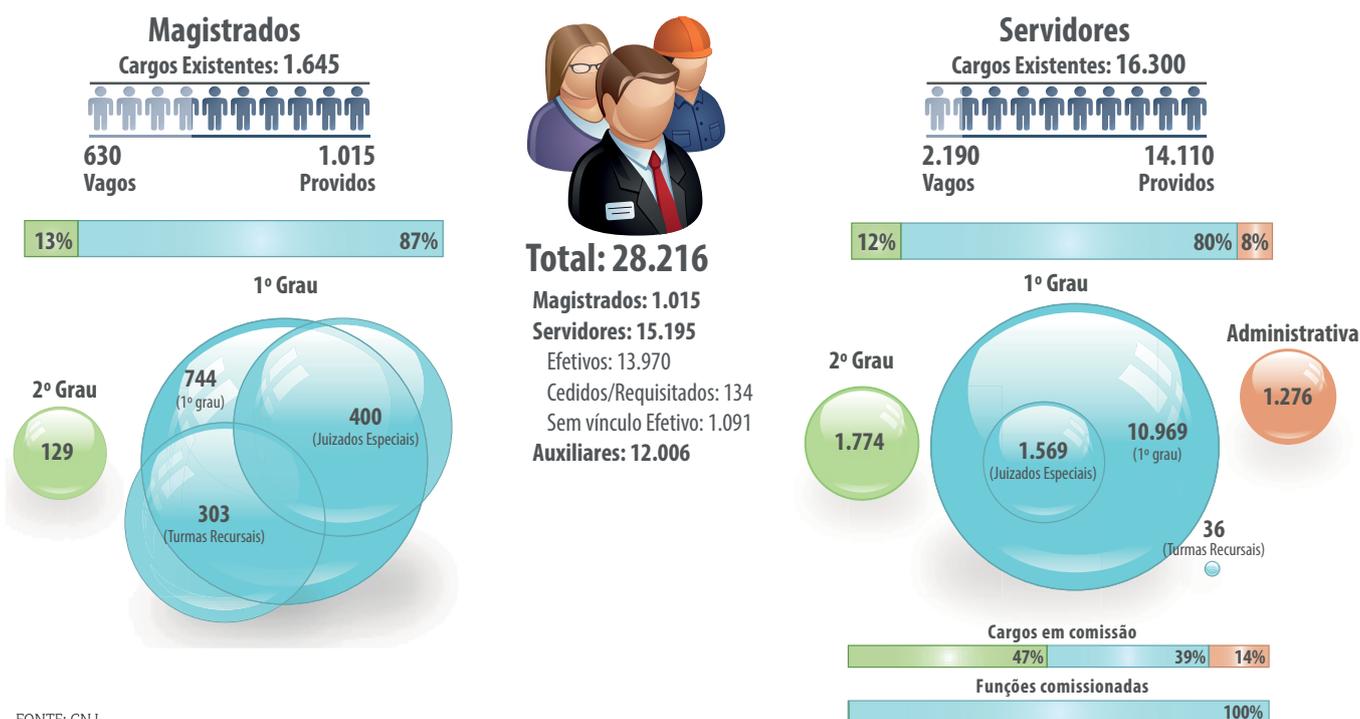
litar Estadual, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais apresentou, em 2015, 33% de casos novos eletrônicos no 1º grau e 24% no 2º grau. De acordo com a pesquisa do CNJ, não há registro de casos novos eletrônicos no Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo recebeu 16% de casos novos eletrônicos no 1º grau e somente 1% no 2º grau.

Uma das novidades do Relatório Justiça em Números

deste ano foi a inclusão de acordos fruto de mediações e conciliações. Os dados mostraram que 11% das sentenças (aproximadamente 2,9 milhões) foram dadas em audiências de conciliação. E pela primeira vez, o número de processos eletrônicos, cerca de 27 milhões, ultrapassou as ações em papel.

Outra inovação foi a informação sobre o tempo médio de tramitação dos processos. Leia a íntegra do relatório no endereço eletrônico <http://bit.ly/1UDrJju>. ■

## Força de Trabalho do TJMG



## Justiça Estadual é decisiva na Semana da Conciliação

189,6 mil conflitos foram resolvidos na semana

Dos dias 21 a 25 deste mês, Tribunais de Justiça de todo o País irão participar da 11ª Semana Nacional da Conciliação a fim de encontrar soluções alternativas aos conflitos apresentados ao Poder Judiciário. Como demonstra o

levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos 214 mil acordos homologados ano passado, 189,6 mil foram feitos pela Justiça Estadual.

Os processos passíveis de serem apresentados em audiência de conciliação foram se-

leccionados pelos tribunais, ou incluídos por solicitação dos próprios jurisdicionados. Nas duas situações, as partes foram formalmente comunicadas.

A semana segue os princípios orientadores da Política Nacional de Conciliação do CNJ

como informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual. Em 2015, os acordos firmados representaram um montante de R\$ 1,645 bilhão, de acordo com informações do Conselho. ■

# Juízes confirmam expertise eleitoral

Números do pleito de 2016 demonstram a abrangência da Justiça estadual

**M**ais de 15 milhões de eleitores, 75.754 candidatos, 49.473 seções eleitorais e 351 juízes estaduais. Esses são alguns números da Eleição 2016, em Minas Gerais, que dão uma ideia da abrangência e atuação da Justiça Eleitoral em um Estado com 853 municípios.

Com números tão expressivos, para garantir a realização da eleição de 2016, o trabalho do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) começou bem antes do pleito.

No dia 15 de maio de 2015, 80 magistrados participaram da primeira turma do "Curso de Formação Básica do Juiz Eleitoral" realizado pelo Tribunal mineiro, que, pela primeira vez, utilizou a tecnologia de ensino a distância. Foram realizadas ainda campanhas educativas e pelo recadastramento biométrico, que correspondeu a 10% do eleitorado de todo o Estado.

## PAPEL CONSTITUCIONAL

Diante desse universo, o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo

Domingos Coelho, considerou o trabalho dos juízes eleitorais essencial para o sucesso do pleito. "São eles que estão à frente, por exemplo, dos processos de registro das candidaturas, em contato direto com os candidatos, que nem sempre entendem os posicionamentos judiciais", comentou.

Para o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a dimensão das eleições em Minas Gerais demonstra que a Justiça Estadual está apta a cumprir o papel constitucional que lhe foi conferido, "garantido a lisura das eleições e pleno exercício da democracia e da cidadania".

O presidente da Associação atribuiu a qualificada atuação da Justiça Estadual ao fato de ela ser mais interiorizada e estar presente nas cerca de três mil comarcas brasileiras.

Mesmo após o segundo turno, no dia 30 de outubro, o trabalho da Justiça Eleitoral irá continuar, uma vez que o julgamento das contas dos candidatos deve ser publicado no dia 16 de dezembro, três dias antes da diplomação dos eleitos. ■

53 mil urnas eletrônicas foram utilizadas em Minas

CLÁUDIA RAMOS/TRE-MG




**Dictum**  
instituto de gestão e perícia

**351** juízes estaduais trabalharam nas eleições este ano.

**Conheça nossa atuação. Faça contato.**

Administração judicial e extrajudicial de empresas com profissionais especialistas de diversas áreas (administração, contabilidade, finanças, economia, advocacia, engenharia, entre outras).

# Amagis reafirma missão original aos 61 anos

Memorial instalado na sede da Associação recebeu atualizações

No dia 21 de outubro, a Amagis completou 61 anos de história marcada pela defesa dos interesses da magistratura mineira. Essa trajetória está documentada e preservada no memorial instalado na sede da Associação, que para marcar a data recebeu algumas atualizações.

Entre os documentos expostos no memorial, está a reprodução do primeiro estatuto da Amagis e o registro da fundação em cartório, datada

TIAGO PARRELA



**Maurício Soares aprova o vídeo que será exibido no Memorial**

de 21 de outubro de 1955, e fichas de inscrição dos primeiros filiados da Associação. No local, os visitantes podem observar ainda a linha do tempo com datas históricas que demonstram a relação entre o fortalecimento do associativismo mineiro com a história do Brasil.

A linha do tempo também pode ser vista no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br). O memorial pode ser visitado de segundas a sextas-feiras, de 9h às 18h, na sede da Amagis. ■

## Reconhecimento

TJMMG aprova congratulações ao presidente da Amagis

A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) aprovou, no dia 22 de setembro, votos de congratulações e felicitações ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, por sua atuação à frente da Associação.

Os votos foram propostos pelo juiz Jadir Silva e destacam os cinco anos do Programa Amor à Vida, celebrado em agosto

deste ano, e a qualidade dos programas Pensamento Jurídico e Via Justiça, produzidos pela Amagis, que levam aos cidadãos debates sobre temas jurídicos com uma linguagem clara e direta.

O voto aprovado pelo TJMMG registrou ainda o editorial publicado na edição de setembro deste ano, no jornal DECISÃO, intitulado "Mobilização afasta retro-

cesso constitucionais e institucionais", no qual o presidente da Amagis defende os direitos e garantias dos magistrados. Leia os votos na íntegra no endereço eletrônico <http://bit.ly/2dLx4HI>. ■

## Medalha Ruy Gouthier faz 30 anos

Tribunal elencou 70 agraciados na celebração no Fórum Lafayette

IZABELA MACHADO



**Cerimônia no 1º Tribunal do Júri**

Criada em novembro de 1986, como forma de reconhecimento àqueles que prestaram relevantes serviços à Primeira Instância e à Corregedoria-Geral de Justiça, a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena completou 30 anos em 2016.

A outorga da comenda foi realizada, no dia 21 de outubro, no Salão do Júri do Fórum Lafayette, quando 70 pessoas, entre magis-

trados e servidores de todo o Estado, foram homenageados.

Os agraciados foram escolhidos em reunião da comissão especial presidida pelo corregedor-geral de Justiça e chanceler da medalha, desembargador André Leite Praça. ■



AMAGIS

## PERFIL

**Para o juiz aposentado Jurandir Sebastião, a maioria dos escritores é otimista, e a ficção literária é espaço livre para registros poéticos ou prosaicos dos diferentes modos de ver, de sentir e de pensar.**

**Em seu mais novo livro, "A Vida o Mundo e o Direito" – cujo fio norteador dos enredos é a valorização da meritocracia e da ética –, o magistrado abraçou o desafio de dar a um texto romancado um viés acadêmico multidisciplinar, na medida em que a linguagem coloquial bem-humorada, as análises e os diálogos críticos, zombeteiros, satíricos e/ou sarcásticos apontam rumos para o viver. Conheça um pouco mais dessa obra, cuja renda obtida no lançamento realizado na Amagis, no dia 20 de novembro, foi revertida ao Nutris.**

# Juiz aposentado Jurandir Sebastião

**Por que o senhor optou pela ficção para falar de temas relacionados ao direito?**

*“Optei pela ficção porque escrever livro acadêmico é cansativo e maçante. O autor fica preso às pesquisas e ao “politicamente correto”. Não há espaço para críticas pessoais, nem registro de opiniões divergentes sem referências acadêmicas. Muito menos, distanciamento da linguagem formal. Na ficção, o livre-escrever se preocupa apenas com clareza das ideias e plausibilidade da trama. No caso desse novo livro, a trama envolve as heterogeneidades humanas e as vicissitudes do viver, do nascimento ao túmulo (vida). E elas, no curso do tempo, se entrelaçam às circunstâncias materiais locais e internacionais e às limitações do conviver voltadas para o sobreviver (mundo).”*

*“Neste novo livro, os pontos mais emblemáticos que brotam dos diálogos desenvolvidos, dentre inúmeros outros, são aqueles destinados à educação geral do ser humano”*

Optei pela ficção porque escrever livro acadêmico é cansativo e maçante. O autor fica preso às pesquisas e ao “politicamente correto”. Não há espaço para críticas pessoais, nem registro de opiniões divergentes sem referências acadêmicas. Muito menos, distanciamento da linguagem formal. Na ficção, o livre-escrever se preocupa apenas com clareza das ideias e plausibilidade da trama. No caso desse novo livro, a trama envolve as heterogeneidades humanas e as vicissitudes do viver, do nascimento ao túmulo (vida). E elas, no curso do tempo, se entrelaçam às circunstâncias materiais locais e internacionais e às limitações do conviver voltadas para o sobreviver (mundo).

**Como foi expressar e traduzir as linguagens jurídicas e acadêmicas para a literatura?**

Nesse particular, é ocioso falar que as leis devem ser aperfeiçoadas, continuamente. Nada melhor do que sonhar acordado, via literatura, mostrando os desastrosos, os abusos e/ou omissões, para motivar correções legislativas. Neste novo

livro, os pontos mais emblemáticos que brotam dos diálogos desenvolvidos, dentre inúmeros outros, são aqueles destinados à educação geral do ser humano, como processo de inclusão; os de conduta pessoal, como melhor contribuição ao bem comum, via meritocracia; os de aprimoramento do sistema partidário/eleitoral, para melhor e fiel representatividade no Legislativo e maior eficiência no Executivo; de igual forma, também são sugeridos critérios para ingresso na Magistratura e para composição dos Tribunais Superiores, em especial o STF, pelas razões que são registradas nessas abordagens.

**Como o senhor aborda no livro a relação entre liberdade e ética?**

Liberdade é natural desejo do ser humano, portador de inteligência mínima. Mas, para que o convívio social seja pacífico e solidário, há necessidade de observação de limites da liberdade e obrigações a cumprir. A percepção desses valores caracteriza a ética. A obrigação de conduta diuturna, individual ou coletiva, com ética (limites objetivos) ultrapassa, de muito, as regras punitivas já em vigor. A igualdade é ponto de partida no

convívio democrático, enquanto que a meritocracia é o ponto de chegada nas benesses individuais e coletivas.

**E a relação entre igualdade e meritocracia?**

Exemplo comparativo são as olimpíadas, em especial, as paraolimpíadas. Quando há pessoas incapazes de competir com igualdade, abre-se espaço para as políticas públicas afirmativas. Elas são destinadas a proteger o incapaz, na exata proporção da incapacidade biopsíquica, congênita ou adquirida. Ninguém é obrigado a trabalhar, nem se preparar para melhor competir. Mas não pode ele exigir benesses igualitários àqueles de melhor e maior empenho/desempenho individual. Isso é meritocracia. Afastar a meritocracia para adoção de igualdade objetiva é discriminação. Preconceito social é conduta desagregadora. Mas não se pode confundir preconceito com preferência. A preferência, na esfera pessoal, é legítimo direito de escolha, enquanto que o preconceito é conduta gratuita, ofensiva e prejudicial à sociedade. ■

# Centro de Apoio oferece comodidade

Localização, estrutura e ambiente familiar são vantagens do CAMT

TIAGO PARRELA



Centro de Apoio possui estrutura completa

**N**o dia 2 de dezembro, o Centro de Apoio ao Magistraldo em Trânsito da Amagis (CAMT) irá receber magistrados de todo o Estado, que irão participar do Encontro de Congraçamento da Magistratura Mineira.

Além de oferecer lazer e descanso aos associados, no dia a dia, o espaço é um importante ponto de apoio para magistrados que vêm das comarcas do interior por razões profissionais, familiares ou de saúde.

Um exemplo dessa rotina vem do juiz aposentado Simonides Loddi, que, quando precisa ficar em Belo Horizonte, sempre dá preferência para a hospedagem no CAMT. "Uso muito o Centro de Apoio, pois sempre somos muito bem recebidos. Geralmente, vou acompanhado da minha esposa ou de uma filha", disse o magistrado para quem o espaço oferece ambiente

**16** suítes equipadas com TVs, frigobar e um mobiliário confortável.

familiar e a oportunidade de encontrar os colegas.

Simonides apontou ainda a localização como um dos diferenciais do CAMT. De acordo com o juiz, por estar ao lado da sede da Amagis, ele tem mais comodidade para resolver questões administrativas, jurídicas e, principalmente, relacionadas ao plano de saúde.

Segundo o magistrado, sempre que necessário esclarece dúvidas, providencia liberação de guias, autorizações e procedimentos médicos diretamente com a equipe da Amagis

Saúde. "A hospedagem no Centro facilita muito quando preciso ir a Amagis Saúde, ao Departamento Jurídico, resolver questões administrativas e ainda posso aproveitar a academia", comentou.

Com 16 suítes equipadas com TVs, frigobar e um mobiliário confortável – duas delas adaptadas para pessoas portadoras de deficiência física – o CAMT oferece toda comodidade aos associados. Os hóspedes podem usufruir ainda das piscinas, quadras poliesportivas, academia, sauna e do restaurante que funciona diariamente no Parque Esportivo. ■

## RÁPIDAS

★ **O juiz Renato Zupo, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá (Alto Paranaíba), lançou, em Belo Horizonte, no dia 6 de outubro, o livro 'Monstruário – O bestiário da Maldade', publicado pela editora Novo Século. O magistrado também é autor dos livros "Verdugo" e "Rio de Lua".**

★ **O Congraçamento da Magistratura realizado a cada final de ano já tem data marcada. O encontro, que reúne magistrados e seus familiares, e que conta, tradicionalmente, com a presença de diversas autoridades, será realizado, no dia 2 de dezembro, às 21h, na casa de eventos de eventos Ilustríssimo. Os convites custam R\$ 120,00 e podem ser adquiridos pelo telefone (31) 3079-3498 ou pelo e-mail anderson@amagis.com.br.**

★ **O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, reuniu-se, no dia 18 de outubro, na Cidade Administrativa, com o secretário de Estado de Administração Prisional, Francisco Kupidowski (desembargador aposentado), para discutir o aprimoramento do sistema prisional mineiro.**

# CONSTITUIÇÃO CIDADÃ OU PRESENTE DE GREGO?

Por uma Corte Constitucional, Democrática, Federativa e Republicana

CARLOS ROBERTO LOIOLA\*

**A**o ser promulgada, a Constituição da República Federativa do Brasil foi chamada de "Constituição Cidadã". Que me perdoem o poeta Homero pelo trocadilho e todos os que acreditam nessa propaganda política espalhafatosa, mas essa "cidadã" do nosso Ulysses está mais é para um presente de grego.

Basta notar que o cidadão que procura o Poder Judiciário para resolver uma pendenga qualquer, ainda que sobre um tema que só tenha relevância para ele e a outra parte, pode esperar até 20 anos para ter seu caso resolvido. A todo momento, deparamos com processos que se arrastam por mais de 15 anos. E se se trata de processo criminal, esse fracasso chega a ser retumbante, homérico, na medida em que milhões de processos sucumbem diante da famigerada prescrição criminal.

Segundo informações divulgadas pelos ministros do STF, no julgamento das MC nas ADC 43 e 44, em 05/10/16, temos 60 mil homicídios dolosos por ano, mas somente 5% deles são levados a julgamentos pelo Tribunal do Júri. É uma devastação troiana completa por ano, se é que Troia foi tão olímpica...

Afinal, de que adianta a Constituição dizer que temos quatro graus de jurisdição se não conseguimos nem mesmo dar o 1º grau de jurisdição para a grande maioria da população? Hoje, em Minas Gerais, quase um terço das comarcas está sem juizes, sem contar as outras que estão desfalçadas de promotores ou defensores.

**"A MINISTRA CARMEN LÚCIA DISSE QUE 'É PRECISO FAZER UMA REFORMA DO JUDICIÁRIO COM ADOÇÃO DE PRÁTICAS INOVADORAS' "**

Temos mais da metade das faculdades de direito e quase um terço dos advogados do planeta. É possível se comunicar com o mundo inteiro, em questão de segundos, mas a Justiça brasileira parece se arrastar como aquele pesadíssimo presente de guerra.

Segundo dados divulgados pelo CNJ, no recente boletim CNJ em Números/2016, cada ministro do STJ proferiu 10.350 votos como relator, no ano de 2015, ou seja, 45 votos por dia, um voto a cada 7 min. e 30 seg. (considerando trabalho efetivo em todos os dias úteis do ano apenas proferindo votos, 6 horas por

dia). Quem acredita nessa mitologia? Quais deuses do Olimpo estão efetivamente exercendo a jurisdição em nossos Tribunais?

Em sua posse como presidente do STF, a ministra Carmen Lúcia disse que "é preciso fazer uma reforma do Judiciário com adoção de práticas inovadoras". Legal, porque o cavalo de Troia também foi a mais inovadora de todas as armas de guerra.

**"A TAL REFORMA (DO JUDICIÁRIO) DEVE TER EM CONTA ALGUNS PRINCÍPIOS, SEM OS QUAIS ESTARÁ FADADA A SER APENAS MAIS UMA FALÁCIA TROIANA"**

Mas para não ser mitológica, novamente, a tal reforma deve ter em conta alguns princípios, sem os quais estará fadada a ser apenas mais uma falácia troiana: 1) A Constituição deve garantir o duplo grau de jurisdição. Já é bastante; terceiro e quarto graus são aberrações do sistema, presentes de grego, que devem ser eliminados, com a total extinção dos tribunais de terceiro grau, funcionando o Supremo apenas como uma Corte Constitucional; 2) o acesso a essa Corte deve estar condicionado à admissibilidade de pelo menos dois terços dos tribunais de segundo grau, por meio de uma ação à semelhança da ação rescisória; 3) A Corte Constitucional deve ser democrática, ou seja, seus ocupantes devem ser eleitos dentre membros dos tribunais de segundo grau, sem interferências externas ao Poder Judiciário, políticas ou politiquieiras, que afetam a independência de seus membros; 4) essa Corte deve ser republicana, ou seja, seus membros devem ter prazo de validade (talvez semelhante ao dos senadores); 5) essa Corte deve ser federativa, um ministro para cada Estado da Federação, mais DF; 6) a Corte Constitucional jamais poderá atuar como juízo de primeiro grau, porquanto isso fere o princípio do duplo grau, que também serve para ela; 7) se cada ministro tiver mais do que um único assessor, para os assuntos não ligados à atividade jurisdicional, fazer nova reforma e começar tudo de novo, a exemplo de Troia, que se reergueu oito vezes sobre o mesmo solo.

Então, compreenderemos a profecia contida nos decantados versos de Homero: "...e Ulisses acordou no meio da maior confusão de que jamais houve memória!" ■

(\*) 28º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO



AMAGIS



### 15 anos do PAI-PJ

Os 15 anos do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é tema do Via Justiça. Nossos convidados são o desembargador Jarbas Ladeira, ex-coordenador do Programa Novos Rumos, e Fernanda Otoni Brisset, coordenadora do programa PAI-PJ (Foto).

### Atuação da Corregedoria

O Via Justiça aborda o trabalho da Corregedoria do TJMG. Como é a atuação da Corregedoria de Justiça no dia a dia? Qual é o suporte dado às Comarcas? Participam do programa, a juíza Eveline Mendonça Félix Gonçalves, superintendente da Corregedoria, e o juiz Marcus Mendes do Valle, auxiliar da Corregedoria. Entre as ações propostas pelo órgão, está o Encontro da Corregedoria.

### Direito do Consumidor

Nesse programa, discutimos os impactos do novo CPC no Direito do Consumidor e o alerta do Procon-MG sobre os falsos sites de compras. Participam do programa, a juíza Cláudia Helena Batista, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte, e o advogado Bruno Lewer, membro da Comissão do Direito do Consumidor da OAB-MG.

### Conflitos escolares

O tema em discussão foi a atuação do Judiciário e da Defensoria Pública nas escolas de Minas Gerais. Participam do programa, a juíza Marli Maria Braga Andrade, do Juizado Especial de Belo Horizonte, e a defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Programa de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar. ■

### Mulheres nas eleições

Relatório da ONU aponta que apenas 9% dos cargos legislativos ou executivos são ocupados por mulheres no Brasil. Nossa convidada é a juíza Cirlaine Maria Guimarães, da Vara Única da Comarca de Esmeraldas. Nas eleições deste ano, todas as seções eleitorais do município mineiro terão mulheres como presidentes de mesas receptoras de votos. (Foto)

### Alienação parental

Cresce o número de subtração de incapaz e sequestro de crianças pelos próprios pais por conta da chamada alienação parental. Nossa convidada é a juíza Vânia da Conceição Pinto Borges, da Vara Cível, Criminal e Infância e Juventude de Itabirito. Minas Gerais registrou 364 ocorrências e conflitos nos últimos dois anos.

### Direito a ter pai

Dados do CNJ apontam que mais de 5 milhões de crianças não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Nossa convidada é a juíza Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte. O Centro de Reconhecimento de Paternidade de Belo Horizonte tem competência de garantir à criança e ao adulto o direito a ter o nome do pai.

### Direito à herança

Conhecer o processo de inventário e seus pormenores pode ser importante para evitar que a convivência com a morte de parente fique ainda mais difícil. Nosso convidado é o juiz Antônio Carlos Parreira, auxiliar da presidência do TJMG. O inventário é o processo que sucede a morte, no qual se apuram os bens, os direitos e a as dívidas do falecido para chegar à herança líquida. ■

**TV ASSEMBLEIA**

Sexta-Feira, às 23h

**TV JUSTIÇA** Quarta-feira, às 9h30

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30

**TV**
**TV JUSTIÇA**

Sexta-feira, às 9h30

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h

# Exposição traz mutações genéticas a arte

Esculturas da australiana Patrícia Piccinini estão entre o hiper e o surrealismo

Com esculturas que estão na fronteira entre o hiper e o surrealismo, a exposição "ComCiência", da australiana Patrícia Piccinini, traz para a arte o universo da biotecnologia e engenharia genética, problematizando a questão das mutações.

Com uma linguagem realista, a artista apresenta ao público criaturas desconhecidas, buscando torná-las palpáveis e afetuosas. Ao mesmo tempo em que, para alguns espectadores, algumas das obras podem parecer repulsivas, a outros, se tornam atraentes.

Entre as peças expostas, está The Conforter, que traz a represen-

DIVULGAÇÃO



**Exposição ComCiência**  
até do dia 9 de janeiro de 2017, no CCBB-BH.

tação de uma menina toda coberta de pelos, acalentando um pequeno ser, de pele macia e pés fofos, como um bebê humano, mas que tem uma boca agigantada e sem olhos.

Com classificação livre e entrada franca, a mostra pode ser vista até o dia 9 de janeiro de 2017, no Centro Cultural do Banco do Brasil, em Belo Horizonte, de 9h às 21h. ■

## MagisCultura busca artes visuais

Conselho Editorial quer valorizar a publicação de pinturas, ilustrações e fotografias

A 17ª edição da revista MagisCultura já começou a ser produzida e deverá ser lançada no primeiro semestre de 2017. Em reunião realizada, no dia 11 de outubro, na sede da Amagis, o Conselho Editorial da publicação discutiu a importância de se valorizar a divulgação da produção da arte visual dos magistrados e pensionistas.

Além de contos, crônicas, pequenas novelas, poemas, artigos, ensaios e rese-

nas, a MagisCultura está aberta a publicação de ilustrações, fotografias, pinturas e reprodução de esculturas feitas pelos associados da Amagis.

Os interessados ainda podem enviar sua produção pelo e-mail [magiscultura@amagis.com.br](mailto:magiscultura@amagis.com.br). O material enviado será avaliado pelo Conselho Editorial da revista. Os textos devem ter, no máximo, 10 mil caracteres, e não serão aceitas



**Envia textos ou imagens para**  
[magiscultura@amagis.com.br](mailto:magiscultura@amagis.com.br)

teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicas.

Mais informações podem ser obtidas na Assessoria de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453. ■

## Prêmio Jabuti terá escolha do leitor

Em sua 58ª edição, tradicional premiação literária abriu consulta pela internet

Um dos mais tradicionais prêmios de literatura brasileira, o prêmio Jabuti chega à 58ª edição rendendo-se às novas tecnologias. Neste ano, por meio de uma votação na internet, serão reveladas a "Escolha do Leitor" nas categorias Romance, Contos e Crônicas, e Poesias.

Nas 27 categorias da premiação, além dos gê-

neros literários, são avaliados também a capa, o projeto gráfico, pesquisas, ensaios, textos profissionais, acadêmicos ou científicos em diversas áreas como direito, saúde, economia, educação, ciência e tecnologia.

A primeira edição do Jabuti foi realizada no final de 1959, quando Jorge Amado foi premiado, na categoria romance, pelo livro "Gabriela, Cravo e Canela". Idealizado por volta de 1958, a escolha do nome Jabuti é um influencia do movimento modernista, que valorizou a cultura popular

brasileira, suas raízes indígenas e africanas.

A escolha do leitor é uma iniciativa da Câmara Brasileiro do Livro em parceria com a Amazon, empresa de comércio eletrônico. O público poderá votar pelo site [amazon.com.br/premio-jabuti](http://amazon.com.br/premio-jabuti). A premiação será realizada no dia 18 de novembro. ■

# CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

## O elevado estoque de pobres no Brasil e o ajuste fiscal

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

**A**o ler as estatísticas oficiais, um incauto poderá acreditar que, a partir de 2003, nos dois últimos governos, ocorreu uma considerável diminuição do estoque de pobres no Brasil.

Segundo os dados divulgados, o Brasil contava com cerca de pouco mais de 73 milhões de pessoas pobres, o que correspondendo a 36% do total de sua população.

O site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social do extinto governo Dilma Rousseff sobre o "Cadastro Único para Programas Sociais", que coleta informações sobre as condições socioeconômicas das famílias de baixa renda, ou seja, até meio salário mínimo por pessoa, datado de janeiro de 2015, separava os cadastrados por faixa de rendimento, a saber: de 0 a até R\$ 77,00 – 38.919.660 pessoas; de R\$ 77,01 até R\$ 154,00 – 14.852.534; de R\$ 154,00 até meio salário mínimo – 19.554.985 brasileiros.

Somados, ao todo 73.327.179, em janeiro de 2015, para não falar de tantos outros milhões de rendimento incerto, que ganham pouco mais de meio salário mínimo, ignorados na "pesquisa oficial".

Tais números, de acordo com o colunista Clóvis Rossi, em o "O infernal de estoque de pobres" (Folha de S. Paulo, Mercado, edição de 22 de maio de 2016, torna suspeita a propaganda do PT, segundo a qual 45 milhões de brasileiros deixaram a pobreza nos governo Lula/Dilma.

Argumenta o conceituado jornalista "Se essa informação, ter-se-ia por verdadeira, ter-se-ia que o estoque de pobres quando o Luiz Inácio Lula da Silva assumiu seria de 120 milhões (os 73 milhões que continuam de baixa renda em 2015 mais os 45 mi-

lhões que escaparam da pobreza). Daria então 60% da população brasileira atual, o que não parece plausível".

E conclui:

"Mas o ponto principal nem mesmo é esse. O que assusta nos números oficiais é que, se um partido que tinha como retóri-

ca permanente a defesa dos pobres legava 73 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, o que acontecerá agora que o samba de uma nota só é o acerto das contas públicas?"

Na verdade, Dilma Rousseff quebrou o Governo federal, e de tabela os Estados e Municípios, entre

inflou as contas bancárias de servidores e políticos, diariamente apontados pela operação Lava Jato.

Graças à elevação das commodities, facilitou-se o acesso da população aos bens de consumo supérfluos - celulares, aparelhos de som, geladeiras,

do, para deixar que a economia comece a respirar de novo, a fim de evitar o impacto negativo sobre a recuperação de uma economia com 12 milhões de desempregados e a perda de fôlego da demanda interna, insuficiente, por si só, de garantir a retomada do crescimento, sob pena de matar o doente que está no balão de oxigênio de uma CTI.

Como bem disse Vinicius Torres Freire, em "Aniversário do Titanic do Crédito" (Mercado, edição de 29 de setembro de 2016): "Foi muita droga de crédito e subsídio na veia."

Enquanto isso, o estoque de pobres cada vez aumenta mais. Impulsionado pelo desemprego, o Brasil começou 2016 com 59 milhões de pessoas com suas contas em atraso, por tempo superior a 60 dias, o maior nível desde 2012, conforme informa o Serasa Experian. Em volume financeiro, o calote inclui cartões de crédito, além de compras a prazo no comércio e mensalidades de serviços públicos (luz, água e telefone), atingindo a estratosférica cifra de R\$ 225 bilhões. Além de pobres, agora megaendividados. ■

**"TAL AJUSTE TERÁ DE SER EQUILIBRADO, PARA DEIXAR QUE A ECONOMIA COMECE A RESPIRAR DE NOVO, A FIM DE EVITAR O IMPACTO NEGATIVO SOBRE A RECUPERAÇÃO DE UMA ECONOMIA COM 12 MILHÕES DE DESEMPREGADOS"**

**"IMPULSIONADO PELO DESEMPREGO, O BRASIL COMEÇOU 2016 COM 59 MILHÕES DE PESSOAS COM SUAS CONTAS EM ATRASO, POR TEMPO SUPERIOR A 60 DIAS, O MAIOR NÍVEL DESDE 2012"**

Segundo Alejandro Werner, diretor para Hemisfério Ocidental do FMI, o sistema político do Brasil terá de demonstrar que está comprometido com o ajuste fiscal, que terá de ser mais forte que o realizado em outros países da América Latina.

Todavia, tal ajuste terá de ser equilibra-

(\*) Desembargador

VOCÊ PODE NÃO VER,  
MAS O SEGURO DPVAT  
ESTÁ SEMPRE COM VOCÊ.



**PARA ACOMPANHAR  
VOCÊ, O SEGURO DPVAT  
ESTÁ CADA VEZ MELHOR.**

A arrecadação do Seguro DPVAT tem destino certo: 45% vai direto para o SUS e 5% para o DENATRAN, os 50% restantes são para indenizações das vítimas de trânsito (motociclista, pedestre, passageiro ou motorista). Solicitar o Seguro DPVAT é rápido e totalmente gratuito.

Mais informações, acesse:  
[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

**INDENIZAÇÃO EM CASOS DE MORTE, INVALIDEZ  
EM CARÁTER PERMANENTE E REEMBOLSO  
DE DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES.**



# Novembro contra o preconceito

Amagis Saúde irá isentar a taxa de coparticipação do exame de PSA

STOCK/GETTY IMAGES



**E**m todo o mundo, o câncer de próstata é o sexto mais comum e o de maior incidência entre os homens. Mesmo com dados alarmantes e avanços da medicina, o preconceito ainda é o principal desafio na luta contra essa doença, quarta causa de morte por câncer no Brasil.

Para combater a resistência aos exames, principalmente ao toque retal, e estimular a prevenção, a Amagis Saúde aderiu ao 'Novembro Azul', movimento que surgiu na Austrália em 2003, e irá promover ações educativas e isentar a taxa de coparticipação, de 25%, do usuário do plano que realizar o exame PSA (Antígeno Protástico Específico, na sigla em inglês) neste mês.

De três a quatro casos da doença no mundo ocorrem em homens com mais de 65 anos. Os exames de rotina são recomendados a partir dos 50 anos, mas, quando há diagnósticos do câncer de próstata na família, pode ser importante que os exames sejam feitos um pouco antes desse período. O médico irá indicar quais os procedimentos mais adequados.

Uma alimentação saudável, rica em frutas, verduras, legumes, grãos, cereais integrais e com menos gordura ajuda a diminuir o risco do câncer. A prática diária de exercícios, a

redução do consumo de álcool, não fumar e manter o peso adequado são outros fatores que contribuem para a redução do risco da doença.

Os sintomas mais comuns do câncer de próstata são não conseguir ou manter a ereção, sangue na urina ou no esperma, dor na passagem da urina, na ejaculação, dor lombar, na bacia, nos joelhos e sangramento pela uretra.

Informe-se sobre os procedimentos para a realização do exame de PSA e sobre a isenção da taxa pelo telefone (31) 3079-3479. ■

# Ação incentiva prevenção ao câncer de mama

Iniciativa no Fórum Lafayette alertou para os riscos da doença

IZABELA MACHADO



**Juízas receberam pastas para arquivar exames médicos**

Como parte da campanha Outubro Rosa, a equipe da Amagis Saúde, acompanhada da vice-presidente de Saúde da Associação, juíza Luzia Peixôto, esteve no Fórum Lafayette, no dia 5 de outubro, em Belo Horizonte, para alertar sobre os riscos do câncer de mama.

Na ocasião, foram distribuídas pastas de histórico médico para guardar resultados de exames, receituário, atestados. A Amagis Saúde isentou as associadas, no mês passado, da cobrança da taxa de coparticipação para a mamografia, que corresponde a 25% do valor do exame. ■

## Amagis Saúde está entre as 10 melhores do País

Pela 9ª vez consecutiva, plano de saúde obtém a nota máxima da ANS

AMAGIS



**D**as 154 operadoras de saúde do segmento de autogestão médico-hospitalar avaliadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), apenas 65 receberam a avaliação máxima do órgão regulador. Entre elas, está a Amagis Saúde, que teve sua excelência reconhecida nacionalmente pela 9ª vez consecutiva e que ficou entre as 10 melhores do País.

A avaliação dos planos de autogestão é feita por meio do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), cujos critérios são atualizados periodicamente incluindo, por exemplo, as novas exigências do rol de procedimentos

da ANS, que regula os serviços de saúde que devem ser oferecidos pelas operadoras.

Essa metodologia adotada pela agência reguladora obriga os planos de saúde a se atualizarem constantemente, para garantir o padrão de excelência no atendimento aos seus usuários.

Entre os critérios observados no ano-base 2015, estão a qualidade em atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e gestão de processos de regulação. Antes da atualização feita pela ANS no ano passado, esses indicadores de atenção à saúde tinham peso de 40% na avaliação. Com

### Premiação da Unidas durante congresso sobre planos de saúde

a atualização feita no ano passado, os quatro itens passaram a ter o mesmo valor, 25%, dando mais equilíbrio à análise.

Em todos os itens, a Amagis Saúde obteve notas acima de 0,9, ficando assim, em cada indicador, dentro da melhor faixa considerada pela agência reguladora, cuja pontuação varia de 0,8 a 1.

Entre os benefícios oferecidos aos usuários da Amagis Saúde, que diferenciam o plano, estão o atendimento personalizado, as visitas aos pacientes internados e o acompanhamento do paciente após a alta hospitalar, feita por telefone.

### PRÊMIO DA UNIDAS

Pouco depois de a Agência Nacional de Saúde (ANS) divulgar que a Amagis Saúde está entre os 10 melhores

planos do País, foi a vez da União das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) manifestar seu reconhecimento e premiar a Associação, pela 9ª vez consecutiva, pela excelência nos serviços prestados aos seus usuários.

A entrega da premiação foi realizada no dia 21 de outubro, durante o encerramento do 19º Congresso da Unidas. O evento deste ano teve como tema "O Cenário Político-Econômico e a Repercussão Sobre a Saúde Suplementar". A premiação foi entregue à coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, que participou da conferência.

Filiada à Unidas, a Amagis Saúde participa regularmente das conferências e reuniões de instituição para poder se atualizar sobre a legislação referente aos planos de autogestão e atualizar suas práticas e procedimentos. ■